

## Descobrir-se negro: uma narrativa sobre o Racismo Estrutural

Mauro Henrique Franzkowiak Martins

André Guirland Vieira

Honor de Almeida Neto

**Resumo:** Apresentamos a problemática da construção da identidade negra a partir da história de vida construída pela oralidade. O objetivo foi analisar o processo da construção da identidade negra através da narrativa de uma pessoa negra e demonstrar a potencialidade da narrativa de história de vida enquanto instrumento de ressignificação de determinados fatos. Trata-se de uma pesquisa descritivo-analítica de estudo de caso único. A análise dos dados seguiu a proposta da Análise de Conteúdo de Minayo. Concluímos que a narrativa da história de vida pode ser instrumento de ressignificação dos fatos passados, contribuindo para a organização das experiências vivenciadas marcadas pelo racismo e pelo preconceito racial.

**Palavras-chave:** Narrativas; Histórias de Vida; Racismo Estrutural; Identidade.

## Discovering yourself black: a narrative about Structural Racism

**Abstract:** We present the problematic of the construction of black identity from the life story constructed by orality. The objective was to analyze the process of construction of black identity through the narrative of a black person and demonstrate the potential of the life story narrative as an instrument for reinterpreting certain facts. This is a descriptive-analytical study of a single case study. Data analysis followed Minayo's Content Analysis proposal. We conclude that the narrative of the life story can be an instrument of resignification of past facts, contributing to the organization of lived experiences marked by racism and racial prejudice.

**Keywords:** Narratives; Life stories; Structural Racism; Identity.

### Introdução

O pensamento narrativo tem um papel fundamental na construção, conhecimento e reorganização da identidade por sua alta capacidade de organização da experiência vivida, mas também permite a análise interpretativa das narrativas dos outros. Através da narrativa, organizamos o fluxo dos acontecimentos, segmentamos os eventos dentro do mundo e construímos um mundo através da esquematização, sob a regulação dos afetos. Segundo Bruner (2001, p. 54), “a forma típica de esquematização da experiência (e a memória que temos dela) é a narrativa”.

A cultura cria uma teia de expectativas mútuas entre os humanos, uma espécie de sincronização que não é vista em outras espécies vivas. Assim, a forma que o autor utiliza para acessar e interpretar os dados

que se originam desta Psicologia é através das narrativas. A narrativa para Bruner (1997) é o fundamento organizador da experiência humana.

A narrativa ocupa posição fundamental enquanto geradora de fontes de dados para os estudos da Psicologia Cultural. A experiência humana, no contexto social, está envolvida pela construção do conhecimento. Não existe conhecimento isolado no indivíduo. Assim, a narrativa é a via comum entre o *self*<sup>1</sup> e o mundo social. A natureza narrativa seria um modo de raciocínio que traz experiências que formam identidades e subjetividades.

Na narrativa, o falar também é produtor de cultura. É uma possibilidade de construção de arte, de reencontro com sua historicidade e ancestralidade, oportunizando a mudança de realidade através de sua voz, de sua narrativa, da sua fala. Assim como Nascimento traz em seu estudo sobre Racismo Linguístico: “A própria fala ganha grandeza na forma dos letramentos de reexistência (NASCIMENTO, 2019, p. 62).

Em relação à cultura e identidade, enfatizamos a relevância teórica de Munanga (2012), que destaca os elementos constitutivos da identidade: a história, a cultura e o fator psicológico. Para o autor, a identidade – sob o ponto de vista da comunidade negra através de seu movimento social e de suas entidades políticas – constitui uma relação de segurança sólida, justificando o esforço para conhecer e viver sua verdadeira história, podendo, desta forma, transmiti-la às próximas gerações.

A identidade negra também teve direcionamento político por parte dos militantes e dos movimentos sociais. A identidade negra existe culturalmente. Isso se pode comprovar pela resistência da cultura negra no Brasil. Assim, o objetivo não é reconstruir, mas “lançar mão dessa identidade cultural, tomar consciência de que ela existe e que ela contribui para modelar a cara do Brasil dentro e fora do país (...). A existência da identidade do afro-brasileiro supõe a existência dos outros” (MUNANGA, 1996, p. 23).

Para o autor, a identidade negra não se recupera ou nasce na tomada de consciência de suas diferenças corporais. “A negritude e/ou identidade negra se referem à história comum que liga, e uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros” (MUNANGA, 2019, p. 19). A negritude deve ser encarada como afirmação e construção de uma rede de solidariedade entre as vítimas, reabilitando valores de suas civilizações que foram destruídas. A negritude é parte integrante da luta para reconstrução de uma identidade. “A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro” (MUNANGA, 2019, p. 48).

Ao trabalharmos a temática do racismo, consideramos relevante trazer para nosso marco teórico a teoria que Silvio Almeida elaborou em seu livro *Racismo estrutural*. O autor considera o racismo “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2020, p. 32). Ainda, o racismo produz o sentido, a lógica e a tecnologia para as mais variadas formas de violência e desigualdade social que desenham a vida social nos dias atuais.

O racismo estrutural “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia

---

1 O conceito *self transacional* e o interesse por ele aparentemente vêm da importância das *transações* para os relacionamentos humanos, para a construção do *si mesmo* e, especialmente, para o uso da linguagem. Com *transações*, Bruner tem em mente “as negociações que são estabelecidas numa mútua partilha de pressupostos e convicções sobre como o mundo é, como a mente funciona, sobre o que vamos fazer e como a comunicação deveria acontecer” (BRUNER, 1986, p. 61).

social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2020, p. 50). O autor aponta para racismo estrutural enquanto uma regra, a qual regula comportamentos individuais e processos institucionais. “O racismo é parte de um processo social que ‘ocorre pelas costas do indivíduo e lhes parece legado pela tradição’” (ALMEIDA, 2020, p. 52).

O racismo continua presente em nossa sociedade desde os tempos do Brasil colônia. Há uma monstruosidade na suposta invisibilidade do racismo no Brasil. Ele se esconde atrás das estruturas sociais, nas divisões de classe, na vulnerabilidade, na pobreza. Temos no país “um racismo estrutural, estruturante e ambíguo. A sua principal característica, é a sua capacidade de se afirmar através da sua própria negação” (GOMES, 2018, p. 12).

Frantz Fanon (2008) contribui para a ideia de que a negritude nasce como uma reação ao racismo do branco: a negação ao embranquecimento racial. Temos a afirmação de uma cultura negra, original e com valores culturais positivos. O autor marca um olhar de desconfiança quando se busca uma cultura negra que se sobreponha às várias outras formas culturais negras existentes. Há a busca por um reconhecimento recíproco, “assim a realidade humana em-si-para-si só consegue se realizar na luta e pelo risco que envolve (...) na medida em que luto pelo nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos recíprocos” (FANON, 2008, p. 181).

Ainda sobre a luta identitária, Fanon (2008) analisa a importância da luta para o reconhecimento de uma identidade. O negro foi alforriado pelo senhor, não sustentando uma luta pela liberdade. Nessa linha, Silvio Almeida, no prefácio da obra de Asad Haider, afirma que “a identidade é fruto de uma história, que só pode ser alcançada caso mergulhemos nas relações sociais concretas (HAIDER, 2019, p. 9). Sobre este tema, Haider faz um alerta acerca das armadilhas identitárias, nas quais muitas pessoas podem ‘cair’ ao se posicionar de forma ideológica. É importante pensar sobre a identidade, pois a identidade é “um fenômeno real” (HAIDER, 2019, p. 35).

A Identidade, enquanto fruto de uma história, é uma questão política, pois a construção das identidades se dá em contextos marcados por relações de poder. Toda a experiência é um infinito desdobramento de diferenças infinitas. Essa experiência gera um processo de alteridade infinita, um movimento entre a identificação e a desidentificação. A emancipação requer uma separação de uma suposta outra identidade, neste caso, da identidade branca, que foi transmitida como padrão e ideal no discurso social: “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77).

JOSSO (2004) nos ajuda a entender que as narrativas de formação – que recoloca o sujeito no lugar que lhe pertence, contribuindo na tomada de consciência de um sujeito enquanto ser psicossomático, social, político e cultural – são subsídios importantes para a compreensão dos processos de formação, de conhecimento e de aprendizagem. É essa consciência que nos permite falar de um sujeito de formação, capaz de intervir no seu próprio processo de aprendizagem e reconstrução.

Através da fala humana, podemos interpretar a realidade e, ao mesmo tempo, ela a transforma em histórias dotadas de sentido, geralmente favoráveis a quem fala. “O imaginário não apenas faz parte da realidade humana, ele a caracteriza e a engendra” (HUSTON, 2010, p. 87). Ainda, a interpretação narrativa da história de vida comporta uma perspectiva imaginária, que leva o indivíduo a formar uma visão imaginária de si e suas histórias e “é precisamente esse caráter, simultaneamente autêntico e imaginário, que surge a articulação ‘poiética’ de um sentido retrospectivamente construído” (JOSSO, 2004, p. 263).

Neste sentido, a linguagem pode ser entendida como um elemento de identificação, pois “é na língua que a negação passa a primeiro existir. O ‘eu não sou negro, sou moreno’, ou ‘você não é negro’

são formas de se admitir a concessão de um espaço de negação produzido e imposto pela branquitude” (NASCIMENTO, 2019, p. 29). A identidade entrelaça o sujeito ao contexto no qual está inserido, em que alinha sentimentos subjetivos a lugares objetivos que ocupa nas relações sociais e culturais.

Com os elementos apresentados até aqui, a partir de uma história de vida, temos como objetivo geral analisar o processo de construção da identidade negra através da narrativa de uma pessoa negra. Enquanto objetivos específicos, demonstrar a potencialidade da narrativa de história de vida enquanto um instrumento de resignificação de determinados fatos, que poderá contribuir para o fortalecimento de elementos da identidade negra às futuras gerações e descrever elementos da herança cultural da negritude na história de vida apresentada. Assim, temos como mola propulsora deste trabalho, a problemática da resignificação dos fenômenos subjetivos ligados ao processo de construção da identidade da pessoa negra presentes em uma narrativa.

### **Percurso metodológico**

Trata-se de uma pesquisa descritivo-analítica, com abordagem qualitativa, utilizando a entrevista narrativa. Para Sampiere (2008), nos desenhos narrativos, contar a história de vida ajuda a entender questões que não estão claras no consciente. O elemento chave dos dados narrativos é constituído nas experiências pessoais, grupais e sociais dos atores ou participantes. Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, optou-se pelo estudo de caso único, uma vez que essa metodologia de pesquisa visa, como sua própria nomenclatura indica, a análise aprofundada de uma instância específica (SANCHES PERES, 2005).

Neste estudo, o instrumento utilizado foi a entrevista no modelo de entrevista narrativa. Conforme Bauer e Gaskell (2002), a entrevista narrativa se processa através de quatro fases: ela começa com a iniciação, move-se através da narração e da fase de questionamento e termina com a fase da fala conclusiva.

Foram realizadas duas entrevistas, as quais foram gravadas em material audiovisual e transcritas posteriormente. A análise dos dados foi realizada de acordo com a proposta de Análise de Conteúdo na Modalidade Temática de Minayo.

Cabe destacar que foram respeitados os aspectos éticos referentes à pesquisa com seres humanos, conforme os preceitos éticos descritos na Resolução nº 510 do ano de 2016 do Conselho Nacional da Saúde, que regulamenta os estudos envolvendo seres humanos. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Luterana do Brasil, sob o CAAE 50793415.6.0000.5349, parecer 4.244.956. O participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Em relação ao critério de inclusão, a escolha do participante foi de maneira voluntária entre os participantes das pesquisas com a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra da OAB – RS, que desejasse narrar sua história de vida. Com vistas a assegurar o anonimato, o participante será identificado pela letra E, seguida do numeral 1 e 2, que correspondem à entrevista 1 e à entrevista 2. A seguir, apresentaremos os resultados empíricos das entrevistas.

### **Resultados**

Após a análise dos dados, foi plausível a definição de duas categorias temáticas abordadas nas

entrevistas. Nomeamos a primeira categoria de Movimento Negro e Racismo Estrutural. A segunda categoria foi intitulada Descobrir-se negro: a construção da identidade negra.

### Movimento Negro e Racismo Estrutural

A longa história de resistência da população negra começa antes mesmo da própria implantação do sistema escravista e prossegue após a abolição, sob novas formas, contra o novo contexto de exploração e discriminação racial. Esta resistência, de luta dos negros, está na perspectiva de resolução dos problemas sociais abrangentes, principalmente os problemas relacionados ao preconceito e à segregação racial.

Na fala do nosso entrevistado, temos os elementos de um passado baseado no sofrimento e na crueldade praticados: a pele negra e a aparência física diferente logo foram representadas pelos brancos como sinais de uma inferioridade natural, o que vinha, absurdamente, justificar uma consciência escravocrata monstruosa: *“o negro não era gente. Negro era objeto e vem da própria Igreja Católica para justificar o racismo. Falava que os negros são descendentes de Cã, portanto não tinham alma. E não sentiam dor”* (E2).

Temos uma sociedade rracica e religiosa, criada a partir de um planejamento estratégico e exploratório (DAMATTA, 1987). O modo de expressão da então Colônia foi fundado sob uma hierarquia moderna, com o uso do comércio mundial, com muitas camadas hierarquizadas. Logo, a igualdade não existia. O que existia era uma ordem rígida que apareciam nos rituais ou cerimoniais, situação em que temos os prelados e os grandes senhores de título. A herança escravista prossegue após a abolição e se manifesta até os dias atuais, sob outras formas, como podemos verificar na segunda entrevista: *“primeiro eu tinha que provar a minha capacidade pela minha cor para depois pelo meu profissionalismo sempre, sempre, sempre o primeiro ato que eu era julgado era a minha cor, depois pelo meu profissionalismo e isso me fez me atentar que não estava correto aquilo”* (E2). *“De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social é o processo preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade”* (GONZÁLES, 1984, p. 80).

Enquanto mecanismo de luta contra o preconceito racial, o Movimento Negro se destaca por ser um Movimento de mediação das reivindicações políticas. Como nos mostra Domingues (2007), este Movimento pode ser organizado em várias fases durante sua existência. Nosso entrevistado revalida a importância deste Movimento para o fortalecimento da identidade negra e combate ao preconceito racial: *“A caminhada do Movimento Negro é muito importante para os negros, mas acho que nós mesmos negros não damos o verdadeiro merecimento que o doutor Antonio Carlos Cortes merece. Porque ele fez um estudo e descobriu a questão da morte do Zumbi em vinte de novembro. Foi o doutor Antonio Carlos Cortes, gaúcho porto-alegrense, negro. Aliás, a maioria dos negros do Movimento Social Negro não comemora o treze de maio”* (E1).

De acordo com as fases do Movimento Negro desenvolvidas por Domingues (2007), estamos, atualmente, na quarta fase, a qual ainda está em construção, ou seja, está baseado em um discurso ambivalente, desprovido de um programa político e ideológico. O que o autor constata, bem como nosso entrevistado, é que na fase atual do Movimento Negro há a expressão da rebeldia da juventude negra, trazendo um novo perfil de ativistas que não possuem uma ideologia estritamente racial. Esta ideologia também abrange setores da juventude marginalizada, pois *“eles [jovens negros] não têm uma estrutura mínima para que ali se consiga se manter... desconhecem a si, não possuem estudo descente. Eles têm que trabalhar para sobreviver. O pensamento e o mundo deles é o dos excluídos”* (E2). Como encontramos, também em Fanon, quando nos apresenta um mundo de exclusão: *“o mundo branco, o único honesto, rejeitava a minha participação”* (FANON, 2008, p. 107).

Desta forma, podemos dizer que o Movimento Negro, com as naturais controvérsias internas, sustenta a luta contra a discriminação racial no Brasil, procurando sempre desmistificar a falsa democracia racial, “*porque a comunidade branca sabe que quem manda é quem detém o poder da caneta, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário*” (E2). Ainda: “*Doutor Cortes, um advogado negro, foi militante por muitos anos, junto com Oliveira Silveira. Precisamos parar de pensar que naquela cultura que a casa do vizinho é mais linda que a nossa. Temos a Marcha das Mulheres Negras, que começou com o pessoal da Maria da Conceição que vai à Brasília todos os anos, que faz um trabalho fantástico. Isso nós precisamos valorizar mais... e de que forma começamos a fazer isso?*” (E1).

Na história de vida do nosso entrevistado encontramos exemplos que nos ajudam a ilustrar o conceito de racismo estrutural: “*Minha mãe é doméstica, meu pai é estivador e moro na Restinga. Não precisa dizer para vocês que se abriu um buraco no meio da faculdade. Parecia uma cratera! No intervalo, o pessoal saiu com as bolsas debaixo do braço e foram reclamar na portaria e na direção da faculdade. As pessoas foram reclamar porque tinha um negro na faculdade... podia ser ladrão da faculdade*” (E2).

Nascimento (2019) contribui nessa reflexão. A raça é um lugar de muitos sofrimentos discursivos, principalmente quando esse discurso é mantido pela branquitude. Ainda temos o poder colonial formando uma ideologia, um discurso racista. No Brasil, o discurso do negro ainda precisa ser aceito pela branquitude, que mantém um sistema reprodutor de desigualdades.

Ainda, “no trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares... ia ao encontro do outro... e o outro, evanescente” (Fanon, 2008, p. 105). Temos mais um exemplo de exclusão. Na passagem citada, o autor queria ser apenas um homem entre outros homens, como nosso entrevistado, um estudante, em meio a outros estudantes. Entretanto, o racismo estrutural continua segregando vidas e realidades, gerando sentimentos de depreciação. “Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca... me sinto um miserável” (FANON, 2008, p. 125).

Silvio Almeida (2020) nos apresenta as três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Vamos apontar os resultados encontrados acerca deste tema presentes na narrativa do nosso entrevistado em sua história de vida. Na concepção individualista, o racismo é “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” (ALMEIDA, 2020, p. 36). Nesta concepção, encontramos questões ligadas ao preconceito, uma vez que o racismo se manifesta através de indivíduos com comportamentos, educação e atitudes preconceituosas, que se expressam de forma pessoal ou grupal. Citamos o seguinte trecho do discurso: “*Minha mãe era doméstica... matriculou-me na escola ao lado da casa onde trabalhava. Ela conseguiria me levar para escola e me levar para casa ao meio dia. Ela me contou que um dia, terminou de servir o almoço, e a patroa chegou aos gritos com ela, dizendo para ela me tirar imediatamente da escola, porque o filho dela não iria estudar na mesma escola que o negrinho filho da empregada*” (E2).

Sob este aspecto, Fanon exemplifica o processo da geração de um discurso racista e de exclusão que se perpetua desde a formação na infância. “Olhe o preto!... Mamãe, um preto!... Cale a boca, menino, ele vai se aborrecer!” (FANON, 2008, p. 106). A linguagem utilizada como ferramenta de poder a partir da definição de “negro”, que, para a branquitude, reafirma as diversas formas de identificação para manter a discriminação, além de isentar qualquer responsabilidade por um passado de exploração colonial.

Na concepção de racismo institucional, destacamos que “os conflitos raciais também são parte das instituições (...) porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam seus mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2020, p. 39-40). Neste caso, se estabelecer parâmetros discriminatórios baseados em raças, como encontramos no

trecho da primeira entrevista: “*Na universidade, o número de vagas pelo sistema de cotas é apenas trinta e cinco. E tem toda aquela coisa lá dentro... que ali não é lugar de negro*” (E1).

Em relação ao sistema de cotas, trazemos aqui as contribuições de Gomes (2021). A autora vislumbra que as mudanças em relação a este tema estão em curso. As cotas raciais, por mais que ainda haja preconceitos, como aponta nosso entrevistado, é uma garantia de conquista de direito nas Instituições Públicas de Ensino Superior. É quando se abre a oportunidade de formação intelectual e política de uma parcela de jovens negras e negros que chega à Formação Superior. E, além da formação, a autora aponta que, para alguns jovens negros que entram na universidade pelas cotas raciais, estes passam a vivenciar um processo de afirmação da sua identidade negra. A construção de coletivos de estudantes negros se torna possível através do contato com outros colegas cotistas.

Ainda sobre o racismo institucional: “*Cada cem tiros disparados pela Brigada Militar, oitenta atingem pessoas negras*” (E2). Aqui, encontramos o preconceito racial acerca do estereótipo do negro destacado por Gomes (2018) na sociedade atual. O negro ainda é visto como o suspeito número um. A imagem do negro continua carregada de preconceito, com uma imagem que amedronta outras classes sociais. A polícia interpreta qualquer objeto na mão do jovem negro como arma ou droga, mesmo que seja somente um saquinho de pipoca: “*Como me disse um jovem negro militante: “No Brasil, a cor do medo é negra!”*” (GOMES, 2018, p. 4). Encontramos no Brasil, a dura realidade que a “*existência da polícia militar é um legado da ditadura... serve mais para ameaçá-lo de morte e executá-lo em nome de uma suposta segurança pública*” (GOMES, 2018, p. 9).

Sem dúvida, como Gabriel Nascimento apresenta, estamos diante de atitudes de exclusão a partir da cor - que se mantém num discurso racista. A linguagem, quando o entrevistado ouve alguém dizer que “*aqui não é lugar de negro*”, estabelece uma política excludente: “*a linguagem é um processo multiplicador do racismo enquanto instituição básica e estrutural das nossas sociedades modernas*” (NASCIMENTO, 2019, p. 47).

Na concepção de racismo estrutural, o racismo ultrapassa o nível individual e das instituições. O autor enfatiza elemento *poder* como formador das relações raciais. No funcionamento da sociedade existe uma estrutura de poder de um grupo sobre o outro. A partir desta estrutura é possível que se exerça o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparelho institucional. O racismo estrutural “*é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares*” (ALMEIDA, 2020, p.50). Destacamos os seguintes trechos da narrativa: “*A nossa sociedade é classista. Ela é machista, ela é racista e ela é de gênero... Nós somos divididos em classes ABCD*” (E1). “*Recentemente, nós vimos o próprio Exército no Rio de Janeiro, que primeiro fuzilou para depois perguntar. Pegam cinco bairros com maior população negra em Porto Alegre, cinco bairros com menor população negra e faz o índice de apreensões de cocaína, maconha, crack e armas. O resultado é como se na região do Parcão não houvesse crime. Isso é muito complicado, eu sempre começo trabalhando com eles [jovens] e por isso que eu acho que a salvação está no jovem*” (E2).

Silvio Almeida desenvolve sua teoria acerca do racismo estrutural a partir de quatro elementos: a ideologia, a política, o direito e a economia. Para seguir com a proposta do autor, destacamos que na relação com a ideologia, o racismo faz parte do complexo imaginário social. Isso é percebido pelos meios de comunicação social, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Temos o imaginário do negro baseado em questões excludentes, como “*todo mundo fala da caixa preta do avião, mas a caixa preta do avião é um negócio desse tamanho, laranja. Mas todo mundo lembra a caixa preta do avião, quando deu problema, deu tragédia, aí tu associa o preto à coisa ruim. Se olhar a maioria dos grandes lutadores de boxe são negros. A maioria dos grandes maratonistas é negra! Uma vez, um disse pra mim que a maioria*”

*dos lutadores de boxe são negros porque tem primeiro assalto, segundo assalto, terceiro assalto. E deu aquela risadinha. Eu disse: ‘se tu achaste graça, eu não achei graça nenhuma’. Então, sempre continua essa questão de piorar...’* (E2).

Temos aqui um exemplo de racismo linguístico, através do discurso pejorativo que visa manter o *status quo* da exclusão, do julgamento, do racismo. “É o caso de ‘denegrir’, que, supomos, se iniciou através de um processo de ‘denegrecer’ e se tornou um sinônimo incongruente de ‘caluniar’... o ‘lado escuro da vida’ para falar de algo ruim da vida...” (NASCIMENTO, 2019, p. 22).

Ainda, na dimensão ideológica do racismo, nosso autor traz um aspecto que não poderíamos deixar de destacar: a meritocracia. A meritocracia se torna perceptível através do funcionamento das estruturas da sociedade, como nos processos seletivos em concursos e universidades públicas. Diante da desigualdade educacional - decorrente da desigualdade racial - o perfil dos ocupantes de cargos de destaque e prestígio em atividades públicas e dos estudantes dos cursos mais concorridos nas universidades fortalece o imaginário que associa competência e mérito às condições como raça, gênero, opção sexual.

No segundo elemento do racismo estrutural, a política, destaca-se que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial, sexual, entre outras. Essas relações de opressão definem o modo de ação do Estado e a organização dos aspectos gerais da sociedade. Assim, fica evidente o nexo estrutural entre as relações de classe e a constituição social de grupos raciais. Encontramos na narrativa do nosso entrevistado que *“hoje nós vivemos um problema enorme que essa questão da terceirização e a grande maioria das pessoas que trabalham nessas empresas terceirizadas são pessoas negras que moram em comunidades carentes, que às vezes a mulher é mãe e pai daquela família e a empresa foge, deixa sem salário e não recolhe FGTS”* (E2).

Encontramos elementos que Silvio Almeida destaca para categorizar a necropolítica: a instituição de um controle militarizado nas favelas e a abertura à mercantilização (ALMEIDA, 2020). Na narrativa de nosso entrevistado, encontramos o elemento racial como central para este modelo da necropolítica presente ação militarizada da polícia: *“Exército no Rio de Janeiro, que, primeiro fuzilou para depois perguntar. E ainda agiu com ironia. Esses erros de fato, esse tipo de crime por incrível que pareça, só ocorre com a população negra”* (E2).

Legitima-se um mecanismo de extermínio, com uma forma rebuscada o suficiente para esconder a mão do Estado. Assim, o que encontramos hoje no sistema escolar excludente, a pobreza e a desvalorização do trabalho, negligência com a saúde da mulher negra, falta de condições de vida dignas e a interdição da identidade negra “seriam juntamente com o sistema prisional, partes de uma engrenagem de dor e morte. A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida” (ALMEIDA, 2020, p. 124).

Em relação ao direito, destacamos a associação entre o direito e o poder realizada por Silvio Almeida que, numa direção antirracismo, colaborou para a tomada do poder por grupos políticos racistas: *“o crime racial está lá na lei. Quando a pena mínima é de um ano, o Ministério Público, por lei, tem que oferecer uma coisa chamada suspensão condicional do processo. Se tu pagares cesta básica, o processo extingue”* (E2). O direito ficou à disposição daqueles que mantêm seus ideais de discriminação, segregação e extermínio. *“Hoje se fala do racismo inverso. Não existe racismo inverso, então eles tentam fazer esse tipo de construção”* (E1). O autor conclui que *“o racismo é uma relação estruturada pela legalidade”* (ALMEIDA, 2020, p. 136).

O quarto elemento constitutivo do racismo estrutural, a economia. Sob a luz das teorias neoclássicas da discriminação, o autor nos apresenta três teorias que objetivam explicar a discriminação sob a ótica comportamental e como um elemento externo à regularidade econômica e suas instituições fundamentais.



A primeira teoria, da discriminação por preferência ou da propensão à discriminação, uma pessoa negra é discriminada porque o racista a vê como algo sem utilidade, que lhe resulta em despesa. A segunda teoria, a teoria do capital humano, considera diferenças nos níveis de produtividade de trabalhadores negros e brancos. Encontramos na narrativa da seguinte forma: *“Fui chamado na matriz dessa fábrica. O diretor disse para mim que eu estava sendo rebaixado para o piso de fábrica. Eu disse que não iria ir para o piso de fábrica pois era supervisor de vendas. Ele deu um soco na mesa e disse que havia um erro em me promover, pois a empresa é uma empresa de gringo e eu era o único negro lá dentro. Fui demitido”* (E2).

A terceira teoria econômica é a teoria da discriminação estatística, que justifica a desigualdade racial pelas decisões tomadas pelos agentes de mercado baseadas em preconceitos estabelecidos na sociedade. *“Os negros ocupam os piores empregos, porque têm baixa escolaridade, porque tem baixo acesso à informação”* (E1).

Estas três teorias nos direcionam para o discurso de raça e economia. Para falarmos sobre estes aspectos, é imprescindível falar de desigualdade. No século XVIII, o ideário de igualdade e liberdade acentuou a exclusão dos não-brancos, o que acarretou no reforço às distinções entre brancos e negros (GONZÁLES, 1982). A meritocracia aparece para justificar a desigualdade salarial, ou seja, é na meritocracia que a desigualdade se naturaliza. No estudo sobre o racismo na dimensão econômico estrutural, concluímos que *“o racismo se manifesta no campo econômico de forma objetiva, como quando as políticas econômicas estabelecem privilégios para um grupo racial dominante ou prejudicam as minorias”* (ALMEIDA, 2020, p. 170), e que *“o racismo se manifesta de forma subjetiva (...) ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a importância necessária para a estabilidade do sistema capitalista”* (ALMEIDA, 2020, p. 171-172).

### **Descobrir-se negro: a construção da identidade negra.**

A consciência histórica pode ser o primeiro fator constitutivo de uma identidade. Neste sentido, Munanga (2012) enfoca a identidade sob o ponto de vista da comunidade negra através do seu movimento social e de suas estruturas políticas. Para o autor, a consciência histórica constitui uma relação de segurança sólida para cada povo, justificando o esforço para conhecer e viver sua verdadeira história, podendo, desta forma, transmiti-la às próximas gerações.

Para Munanga (2012), a identidade negra passa pela negritude enquanto categoria sócio-histórica. Essa identidade é construída lado a lado à identidade nacional brasileira plural. Então, quando falamos de uma identidade negra, considera-se a existência de outras identidades, nos abrindo para uma realidade multicultural. Estamos falando de uma identidade coletiva, considerando a existência das identidades dos outros (MUNANGA, 1996).

Trazemos o conceito de racismo de Munanga com o propósito de vinculá-lo com o conceito de racismo estrutural de Silvio Almeida. Munanga (2003) afirma que o racismo é uma crença na existência de raças hierarquizadas naturalmente pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Nesse processo, há a descoberta da negritão, das características étnicas. *“Em torno do corpo, reina uma atmosfera densa de incertezas”* (FANON, 2008, p. 104): *“Eu me criei nesse mundo. Então achando que eu tinha o meu lugar. E que nele há lugar para mim. E quando saí de Encruzilhada para vim recomeçar a vida, eu me deparei com um mundo totalmente diferente. Confesso que foi um golpe duro o momento que eu me descobri negro”* (E2).

A identidade negra passa pela negritude enquanto categoria sócio-histórica. Essa identidade é construída lado a lado à identidade nacional brasileira plural. Então, quando falamos de uma identidade negra, considera-se a existência de outras identidades, nos abrindo para uma realidade multicultural.

Estamos falando de uma identidade coletiva, como encontramos na narrativa do participante desta pesquisa *“nós negros, nós vivemos o coletivo, então nós conversamos com os braços, nós conversamos com as mãos, nós falamos a coletividade. Então nós falamos alto, nós gesticulamos, porque é a nossa forma de nos enaltecer, a nossa forma de nós conseguirmos dar o nosso recado”* (E1).

Na construção de uma identidade coletiva, há o reconhecimento de uma cultura, de uma forma de viver e estar no mundo, *“é que, para nós, o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito. Nós estamos no mundo... vossa civilização branca negligencia as riquezas finas, a sensibilidade”* (FANON, 2008, p. 116).

A historicidade tem como objetivo a superação da visão depreciativa do negro e reconhecer uma identidade negra que situe o negro enquanto sujeito do processo de construção da cultura brasileira (MUNANGA, 2012). E, em relação às questões identitárias, a historicidade colonialista privilegiou a hegemonia branca. *“É preciso continuar interpretando a história e suas atualizações, e não lendo os mesmos textos e interpretando tudo como se estivéssemos na Europa do século XVIII e XIX”* (NASCIMENTO, 2019, p. 83). *“Fazemos um trabalho também em escola, fazendo palestras, contando a história negra, porque o negro não consegue chegar a quatro gerações depois dele. Ele não consegue chegar porque foi destruído, literalmente destruído”* (E2). E *“o arquivo histórico do Rio Grande do Sul tem um material vasto. São mais de trinta mil documentos que conta a história da escravidão, inclusive as alforria. Por exemplo, para cá, tinha que ser um negro mais alto, mais forte, tanto é que os negros que vieram pra cá, vieram de Gambisa, Benguela e Luanda”* (E1).

Conforme abordamos, para Munanga (2012), a cultura é o segundo elemento constitutivo da identidade negra. As contribuições culturais africanas fazem parte da realidade dos brasileiros, desde a culinária até as religiões populares. Estes aportes culturais precisam ser resgatados de maneira positiva, pois modelam a cultura brasileira. A imagem negativa deve ser superada para valorizar uma cultura positiva, capaz de auxiliar no processo de reconstrução da identidade negra.

Ainda em relação a cultura, precisamos lembrar das línguas africanas, que muito se perdeu no contexto escravista. A religião manteve parte desta linguagem, numa cultura esotérica, constitutiva de identidades no plano da religiosidade negra. Ensinar e difundir algumas das línguas africanas pode ser um caminho para contribuir no fortalecimento da identidade negra (MUNANGA, 2012). Ilustramos estes elementos na seguinte fala: *“foi a mão afro-brasileira que ensinou aqui nesse estado a agricultura, que introduziu na culinária a comida. Ou a vaca atolada, que todo mundo acha gostoso comer, era comida da casa grande?”* (E2), até as religiões populares, *“o negro tem a questão da oralidade. Nós temos a questão da pedagogia griô. O que nós trabalhamos é que cada griô que morre, é uma biblioteca que se fecha, porque nós não temos a mania de escrever... e sempre se passou de geração para geração. A minha avó é parteira, é benzedeira..., ela benze com brasa”* (E2). Como Nascimento (2019) aborda, a raça se constrói a partir da língua e da história. O encobrimento da pedagogia griô é resultado do poder colonial em produzir identidades racializadas consideradas inferiores.

A imagem negativa deve ser superada para valorizar uma cultura positiva, capaz de auxiliar no processo de reconstrução da identidade negra, *“mas as pessoas não falam de João Cândido. As pessoas não falam de Chico Diabo, que foi um lanceiro negro que acabou com a Guerra do Paraguai, que feriu Solano Lopes. As pessoas não falam do Graúdo: que foi negro, comandou uma escolta durante a Tomada de Uruguaiana pelos Voluntários da Pátria”* (E2).

O terceiro fator, o fator psicológico. Neste aspecto, Munanga (2012) considera que, além dos preconceitos inegáveis, há alguns comportamentos comuns a todos os negros, o que ele considera como

uma característica da identidade psicológica coletiva do negro “*eu sou o que meus pais me ensinaram a ser*” (E1). Na narrativa do participante desta pesquisa, destacamos as características comportamentais dos negros como formas de expressão. Ainda, os gestos, os sentimentos “*nós conversamos com os braços, nós conversamos com as mãos*” (E2).

Identidade é uma questão política, pois a construção das identidades se dá em contextos marcados por relações de poder. “*Volto a dizer: quem faz a lei? Legislador. Não há representatividade negra. Quem executa a lei, o Executivo, não há representatividade negra. Quem fiscaliza a lei, o Judiciário, pouca representatividade negra. Nós temos que discutir isso em todas as esferas, seja na educação. Nós temos que discutir isso abertamente no Judiciário, nós temos que discutir isso com o Legislativo. Nós temos que discutir isso com a sociedade por ser uma doença, a exclusão é uma doença que precisa ser tratada. Nós temos que começar isso dentro das escolas*” (E1, E2).

Munanga (2019) amplia este argumento. A busca da identidade negra não é uma divisão de lutas dos oprimidos. Estamos tratando de um aspecto holístico nesta experiência: há problemas específicos, que somente o negro, só ele sozinho, consegue resolver. Estes problemas estão na alienação de seu corpo, de sua cor, de sua história, de sua cultura. É este o objetivo do trabalho desenvolvido pelo participante desta pesquisa ao se dedicar ao seu projeto com jovens: “*Trabalhar isso com um jovem, dele ter a identidade, da cor da pele, do cabelo crespo, de trabalhar a questão das feições, do negro, do nariz, da forma do corpo*” (E2). E é em virtude desta consciência que há a busca pela recuperação de sua identidade, a recuperação de sua negritude.

Como encontramos em Haider (2019), precisamos tratar de identidade dentro das relações concretas, sob o risco de cairmos em uma das armadilhas possíveis ao se trabalhar com este tema. A educação deve acontecer num campo concreto: “*importantíssimo uma educação fundamental de qualidade. Uma educação de ensino médio de qualidade, onde hoje nós sabemos as dificuldades que tem. Enquanto continuar trabalhando isso da forma atual, aquele que não se vê dentro daquilo, ali, ele vai ser renegado*” (E2).

É necessário traçar uma linha de enquadramento entre os movimentos de massa emancipatórios passados (que enfatizavam a luta contra o racismo) e as ideologias identitárias atuais (as quais estão vinculadas à elite multirracial). Como destacamos nas palavras do entrevistado: “*E as cotas não pode ser um fim em si só, porque as cotas é uma porta de entrada. Deveria haver cotas para doutorado. Deveria haver matéria da cultura afro-brasileira e indígena, ensinar isso na faculdade de Pedagogia, ensinar isso na Sociologia, no Direito, porque tu tens que trabalhar dentro das sociais esse tipo de coisa. Porque amanhã, quem é que vai estar em sala de aula? Quem é que vai estar julgando? Quem é que vai estar montando o processo? Quem é que vai estar legislando? Como é que eu vou tomar para mim algo que eu não tenho discernimento, algo que eu não tenho conhecimento, algo que eu não domino?*” (E2).

Em relação à Educação, especialmente na educação escolar básica, torna-se urgente a abertura para a discussão dos temas ligados a cultura negra. É necessário que professores sejam os porta-vozes da construção de uma cultura antirracista. Ainda hoje há entraves para “a construção de uma pedagogia da diversidade e acaba reforçando os seculares preconceitos contra as pessoas negras. Não faz a educação avançar em uma perspectiva emancipatória, antirracista e descolonizadora” (GOMES, 2021, p. 444).

No que se refere a autoemancipação, o deixar de lado o refúgio da identidade, é uma experiência que implica em resgatar sua própria história e recriar-se em suas potencialidades. A emancipação política requer uma espécie de desidentificação, além da emancipação jurídica e superação da exploração do mercado. Toda a experiência é um infinito desdobramento de diferenças infinitas. Eu sou outro. É no outro que nosso entrevistado investe sua experiência na tentativa de uma emancipação e superação da

exploração: “Então, nós fazemos um trabalho social com crianças de comunidades carentes, exatamente para chegarmos nele e conseguir plantar a semente. Fazendo palestras, contando a história negra. No projeto Xadrez sem grades, nós olhamos para as gerações passadas, mas temos o outro diante de nós... este outro, futuro, que é diferente de tudo o que existe neste planeta” (E1, E2).

Haider (2019) nos direciona para o entendimento dos elementos decisivos utilizados para a construção de políticas públicas e justiça social. Esses elementos devem ultrapassar os limites da identidade pessoal, mesmo para aqueles historicamente excluídos dos espaços de poder. Com o propósito de pensar em política identitária, ele foca na raça, baseando-se na história racial, no racismo e nos movimentos antirracistas. Ainda, dedica-se principalmente a história dos movimentos negros, uma vez que muitos expoentes desses movimentos estão em destaque nas reflexões sobre o conceito de raça. O autor considera a identidade enquanto um fenômeno real que está aliado ao modo como o Estado divide os indivíduos e como construímos nossa individualidade frente às relações sociais. Considera a identidade uma abstração, o resultado de uma operação intelectual em que um objeto de reflexão é isolado de fatores que comumente lhe estão relacionados na realidade.

Sustentar o movimento entre identificação e desidentificação nos faz perceber o que é singular no sujeito, não excluindo as construções coletivas conquistadas através das lutas políticas. Esse movimento constante de identificação e desidentificação é o que permite a não cristalização de identidades contingentes (BRAGA E ROSA, 2018). Como nosso entrevistado traz em sua narrativa, “nós temos que começar isso dentro das escolas. Acho que a coisa toda vai pelo jovem, pelo respeito, pelo tu saber entender a diferença. Isso não só na questão negra, mas na questão LGBT, na questão das mulheres. Nós *construímos a sociedade... Nós temos que discutir isso. Nós temos que discutir isso em todas as esferas, seja na educação... ela é a porta de entrada para a mudança, porque com a educação nós temos uma arma que até hoje nos é negada*” (E1, E2).

Diante da narrativa da história de vida do nosso entrevistado, encontramos um elemento que expressa a experiência de recriação de si: “*Me descobri negro, sou advogado, sou negro do movimento social negro. Sou ativista social e sou um plantador de tâmaras*” (E2). A emancipação enquanto experiência de recriar-se nos conduz às ideias de Braga e Rosa (2018), que nos dizem que a recriação, apontada pela psicanalista Neusa Souza, requer uma separação de uma suposta outra identidade, neste caso, da identidade branca, que foi transmitida como padrão e ideal no discurso social: “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 1983, p. 77).

## Discussão

Na narrativa do nosso entrevistado, percebemos que há elementos que indicam sofrimento ocasionado pela prática da segregação e preconceito racial. Identificamos na história de vida de nosso participante os dissabores oriundos pela presença de comportamentos racistas desde sua infância, ao ouvir as narrativas de sua mãe e até os dias atuais, em vários espaços institucionais e nas relações sociais como na universidade, no trabalho, na vida cotidiana. Como o próprio entrevistado refere, o racismo é uma herança cultivada por mais de 350 anos e ainda muitos tratam como se não houvesse.

A narrativa, a linguagem, demarcam uma hegemonia branca, refletindo o processo de dominação cultural nas américas. Conforme Nascimento (2019), a linguagem continua sendo uma ferramenta utilizada para manter o racismo enquanto instituição básica e estrutural das sociedades modernas. O poder colonial impôs aos negros à adaptação ao branqueamento, instituindo no mundo ocidental os signos de dominação.

O tempo não consegue apagar os doze milhões de vidas negras que ficam pelo mar, em travessias que a própria raça humana considerava os seus semelhantes como mercadoria, objeto de compra, de venda e de troca. Podemos perceber que a herança escravista presente no discurso do nosso entrevistado prossegue até os dias atuais. Para confirmar, basta abrirmos nossa janela, um jornal ou acessar um site de notícias que veremos negros sendo mortos por policiais brancos; líder e ativista negra, mulher, assassinada; favelas onde se localizam os maiores guetos negros são invadidas por forças policiais e militares; quando ouvimos nosso entrevistado dizer que precisa provar sua capacidade antes de tudo pela sua cor, depois pelo profissionalismo, ou quando lemos “Na América do Sul, chicoteiam nas ruas e metralham grevistas negros” (FANON, 2008, p. 106).

Isto nos ajuda a perceber claramente que estamos diante do racismo estrutural, conceito que elegemos para tratar este assunto neste trabalho. Percebemos na narrativa do participante todos os elementos que vão ao encontro à teoria de Silvio Almeida. Conseguimos exemplificar os conceitos de racismo individual, institucional e estrutural, da mesma forma conseguimos desenvolver os elementos da manifestação estrutural do racismo, na ideologia, na política, no direito e na economia. Este resultado nos ajuda a perceber que o racismo não é apenas contra os indivíduos ou está presente somente nas instituições. Muito além disso, ele faz parte da estrutura que move a política, a economia, a sociedade e a linguagem de uma sociedade.

Encontramos um elemento que catalisa as ideias presentes nas duas temáticas destacadas. O Movimento Negro aglutina elementos da luta contra o preconceito racial, buscando o resgate da identidade negra presente na cultura, comportamento e história negra, os quais podem ser passados às gerações futuras, mantendo, de acordo com o contexto, elementos de preservação identitárias.

Domingues (2007) apresenta um estudo sobre o Movimento Negro, que o divide em quatro fases, desde 1889 até nossos dias atuais. Destacamos a ideia do autor que, para o movimento negro, a raça – e a identidade racial – é um fator determinante para a organização dos negros em torno de um projeto com objetivos em comum. É um Movimento político de mediação das reivindicações políticas. E é desse Movimento político de mobilização racial que este mesmo Movimento assume em muitos momentos uma perspectiva cultural e de identidade.

Desta forma, conforme conseguimos discorrer neste trabalho, tanto nos resultados empíricos como na nossa base teórica, a identidade se dá nas relações de políticas e de poder. Assim como encontramos em Munanga (2019), a busca da identidade negra não se dá em uma divisão de lutas pelos oprimidos. A identidade se dá em assumir-se plenamente, reconhecendo suas capacidades e potencialidades. E isto se dá num campo político e social. Assim, não se cai numa armadilha identitária, como Haider aborda. É exatamente este alerta que o autor faz. Deve-se tratar a questão identitária no campo das relações concretas. Sair das ideologias separatistas é se afastar do Cavalo de Tróia que os antirracistas oferecem na luta contra o preconceito racial, como dito por Todorov (1999).

Através do seu projeto Xadrez sem grades, o participante consegue fazer perdurar uma identidade que poderá superar mais de quatro gerações. Ainda, é através da narrativa que não se cristaliza uma identidade contingente, mas dá vida a uma identidade que se desdobra em identificação e desidentificação. Isto se dá no campo da educação, dos espaços educacionais, escolas, espaços de cultura e arte. A construção da narrativa de formação oferece ao sujeito o questionamento de suas identidades (JOSSO, 2004), contribuindo para conhecer e compreender os significados atribuídos durante a existência aos acontecimentos e situações que se viveu.

De acordo com Gomes (2021), discutir a questão racial e realizar o combate ao racismo, tanto na sociedade como nas escolas e universidades não é um trabalho fácil. Estamos entrando numa discussão na qual está em jogo a formação das identidades raciais, desde a infância, construídas no contexto do racismo. E o processo de formação das identidades sociais, raciais, são muito complexas, pois estão relacionadas com as questões de poder, com o racismo estrutural.

Enquanto ativista do Movimento Negro, nosso participante propõe a valorização dos aspectos positivos da cultura. Resgatar as conquistas históricas dos negros pode auxiliar no processo de reconstrução da identidade negra e comportamentos comuns, o que ele considera como uma característica da identidade psicológica coletiva do negro.

### Considerações finais

A partir da análise do material encontrado na narrativa da história de vida do nosso participante e de acordo com a literatura empregada, podemos dizer que a narrativa da história de vida pode ser um instrumento de ressignificação dos fatos passados contribuindo para a superação dos fatos marcados pela segregação racial. Ao narrar sua própria história, nosso personagem identificou os elementos de práticas de preconceito racial vivenciados ao longo de sua vida. Como participantes numa cultura, transportamos conosco um estoque de significados acumulados ao longo da nossa história pessoal e social (POLKINGHORNE, 1988).

A narrativa enquanto elemento organizador da experiência humana possibilitou nosso entrevistado a compartilhar seus pressupostos e convicções, demonstrando a potencialidade da narrativa para ressignificar os fatos de sua história de vida, pois “somos, então, de início levados a considerar a narrativa como tendo uma autenticidade que se fundamenta na capacidade do autor de reconstruir, por um lado, aspectos da sua interioridade” (JOSSO, 2004, p. 264).

É pelo exercício da narrativa que percebemos a motivação do nosso entrevistado em lutar contra o preconceito racial e criar espaços de mobilização para o fortalecimento da identidade negra através da educação dos jovens negros que constituirão as próximas gerações. Encontramos um grão superando as dificuldades impostas pela sociedade em relação ao racismo e transmitindo sua experiência e sabedoria.

A escola pode se tornar um espaço privilegiado de formação identitária, um local relevante de intervenção para a construção da identidade negra. Dar voz ao Movimento Negro através das histórias de vida e compartilhar narrativas destas histórias, contribui para o reconhecimento das pessoas enquanto sujeitos socioculturais originados de diversas experiências culturais, contribuindo para a formação de novas cadeias significantes. Neste sentido, Nascimento (2019) apresenta uma dimensão raciolinguística e enfatiza a necessidade de combater práticas racistas que ainda hoje desumanizam corpos negros em muitas partes do mundo. Assim, é pela via da linguagem que a educação passa a ser fundamental para a ressignificação e transformação dos sujeitos.

Acreditamos na possibilidade de mudanças da realidade opressiva e de segregação racial a que estamos submetidos. Principalmente, acreditamos numa educação que ofereça possibilidades de afirmar a identidade negra de maneira mais positiva. No entanto, sabemos que este percurso de reconstrução é longo. As pesquisas nesta temática são limitadas. Tornam-se necessárias mais pesquisas sobre esta temática, principalmente para estimular jovens pesquisadores negros a narrarem suas histórias de vida e encontrarem significado às experiências de vida.

## Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRAGA, A. P. M.; ROSA, M. D. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identitários. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24. p. 89-107. 2018.
- BRUNER, J. **Actualminds, possible worlds**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- DAMATTA, R. da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122. 2007.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, ago. 2021.
- GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. de P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.
- HAIDER, A. **Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.
- HUSTON, N. **A Espécie Fabuladora**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- JOSSO, M-C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo. Hucitec, 2014.
- MUNANGA, K. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 5, n. 1, p. 17-24, 1996.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB- RJ**. 2003.
- MUNANGA, K. Negrite e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8. jul./out. p. 06-14. 2012.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- POLKINGHORNE, D. **Narrative psychology**. New York: Sunny Press, 1988.
- SAMPIERE, R. H. (Org.). **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill Interamericana, 2008.
- PERES, R. S.; SANTOS, M. A. dos. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Interações**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 109-126, dez. 2005.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TODOROV, T. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Submetido em: 08.07.2021

Aceito em: 08.10.2021